

Analfabetismo funcional e desigualdades sociais no Brasil: Desafios na era da comunicação escrita digital

Ivanete Maria Silva Alves
Carla Waleska Gomes de Araujo¹
Eliete dos Santos Silva²
Luciane Queros Moura³
Bernard Pereira Almeida⁴
Luciane Victorino Barbosa⁵
Joselito Araújo Silva⁶



10.56238/rcsv14n5-002

RESUMO

Este estudo busca analisar as inter-relações entre o analfabetismo funcional e a desigualdade social no Brasil, destacando como essas questões se conectam em um contexto em que, paradoxalmente, o uso da escrita é cada vez mais presente na vida cotidiana, especialmente através das mensagens eletrônicas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, complementada por dados quantitativos e fundamentada em análise documental. Os resultados indicam que o analfabetismo funcional e rudimentar são problemas sociais históricos no Brasil, persistindo mesmo em um momento em que a escrita se torna essencial para a comunicação diária. Esse problema não se limita apenas a questões intraescolares, mas também é influenciado por fatores sociais, históricos, raciais e de gênero, que perpetuam as desigualdades entre os grupos mais vulneráveis. O analfabetismo, portanto, está profundamente ligado às desigualdades em suas diversas dimensões, impactando a educação em todas as suas etapas e inviabilizando a plena participação dos indivíduos em uma sociedade cada vez mais dependente da comunicação escrita. Conclui-se que o analfabetismo funcional continua a ser um problema crescente e urgente, comprometendo o direito à educação e a inclusão social.

Palavras-chave: Analfabetismo, Desigualdades, Educação, Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, considerando o impacto da pandemia de Covid-19, que exacerbou as desigualdades sociais e educacionais, além de intensificar desafios como a evasão escolar, o fracasso acadêmico e a dificuldade em erradicar o analfabetismo. Mesmo em um contexto em que o uso da escrita se tornou mais frequente na vida cotidiana, especialmente por meio de mensagens eletrônicas, o analfabetismo funcional ainda é uma realidade crescente. Dados da UNICEF (2020) indicam que cerca de 4 milhões de lares com crianças e adolescentes de 4 a 17 anos relataram que essas crianças não participaram de atividades escolares remotas durante a pandemia, evidenciando um potencial

¹ E-mail: carlawaleska@hotmail.com

² E-mail: ellymendes71@gmail.com

³ E-mail: luciane_qmoura@yahoo.com.br

⁴ E-mail: bernardadv@hotmail.com

⁵ E-mail: Lucianebarbosa06@hotmail.com

⁶ E-mail: Joselitoaraujo947@gmail.com

aumento na exclusão do acesso à educação. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2019), 4% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estavam fora da escola em 2019, com um aumento alarmante de 171,1% no número de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos fora da escola no segundo trimestre de 2021 em comparação com 2019.

Os impactos econômicos da pandemia também afetaram significativamente a renda familiar, especialmente nas famílias com crianças e adolescentes, conforme relatado pela UNICEF (2020). Essa situação agravou os desafios educacionais, incluindo a alfabetização, em um momento em que a capacidade de ler e escrever é fundamental para o uso de tecnologias e a participação social. O estudo aponta que o analfabetismo funcional é mais prevalente entre as populações mais pobres, reforçando a conexão entre a falta de alfabetização e a desigualdade social, que afeta a participação dessas populações em uma sociedade cada vez mais mediada pela comunicação escrita.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódico CAPES, evidenciando um número reduzido de estudos sobre o tema nos últimos anos, mesmo diante do aumento das taxas de analfabetismo durante a pandemia. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo prioriza a interpretação dos dados em vez de sua mensuração, conforme argumentam autores como Mendonça (2017). A pesquisa se baseia em análise documental e bibliográfica, métodos essenciais para a investigação de estudos sobre o tema (Cellard, 2010; Lima e Miotto, 2007).

O artigo está estruturado em três seções: a primeira discute os conceitos de alfabetização, letramento e analfabetismo, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais ampla do uso da escrita na sociedade contemporânea; a segunda aborda brevemente as desigualdades no Brasil, destacando a perpetuação dessas desigualdades no ambiente escolar; e a terceira relaciona o analfabetismo funcional às desigualdades sociais, culminando em uma reflexão sobre a situação educacional e social do país e a urgência de políticas públicas que considerem a realidade de um mundo cada vez mais dependente da comunicação escrita.

2 ANALFABETISMO FUNCIONAL: QUANDO AS LETRAS NÃO FAZEM SENTIDO

A institucionalização da educação no Brasil, ou seja, a implementação da educação escolarizada, ocorreu em um contexto de desigualdades profundas, onde a educação era vista como uma ferramenta de controle social que beneficiava principalmente a elite branca e os descendentes de colonos (BRAGA; MAZZEU, 2017). A expulsão dos jesuítas, que até então eram responsáveis por grande parte da educação no país, marcou um ponto de virada na história educacional brasileira, transferindo ao Estado a responsabilidade pela formação dos cidadãos. Durante o período imperial, a educação era um privilégio limitado aos homens livres, enquanto a escravidão ainda vigorava. Nesse

cenário, a educação não era considerada uma prioridade, e isso contribuiu para o aumento das desigualdades sociais, dificultando o acesso à educação para os grupos mais vulneráveis, incluindo negros, indígenas e pessoas de baixa renda.

Com o avanço do capitalismo e o desenvolvimento econômico, novas demandas surgiram, pressionando o sistema educacional e resultando em reformas e decretos excludentes que, em vez de democratizar o acesso, ampliaram as desigualdades. Em 1872, o Brasil foi destacado como o país com a maior taxa de analfabetismo no mundo (FERRARO; KREIDLOW, 2004). O analfabetismo começou a ser reconhecido como um problema político com a Lei Saraiva, de 1882, que, apesar de ser um marco inicial, ainda estava longe de solucionar a questão (FERRARO; KREIDLOW, 2004). Nas décadas subsequentes, especialmente na de 1930, o analfabetismo continuava a ser um obstáculo ao desenvolvimento do país, mesmo com a expansão da oferta de ensino público, que muitas vezes resultava na formação de analfabetos funcionais devido a uma escolarização superficial focada apenas nas necessidades básicas do mercado de trabalho.

A análise histórica do analfabetismo no Brasil demonstra que a educação, particularmente a destinada a jovens e adultos, sempre enfrentou desafios substanciais. Ao longo do tempo, diversas ligas, campanhas, leis e políticas públicas foram criadas para combater o analfabetismo, mas o problema persiste até hoje. Essa persistência revela que o analfabetismo não é apenas um reflexo da falha no sistema educacional, mas também da estrutura social e econômica que perpetua as desigualdades. A educação restrita à formação de mão de obra para o mercado, sem um olhar crítico, contribui para a manutenção do analfabetismo funcional e das desigualdades sociais, reforçando um ciclo de exclusão e marginalização.

Para compreender plenamente o fenômeno do analfabetismo funcional, é fundamental discutir os conceitos de alfabetização e letramento. Segundo Soares (2020), alfabetização refere-se a um conjunto de técnicas e habilidades necessárias para a prática da leitura e escrita, incluindo o domínio do sistema alfabético e das normas ortográficas. Essa concepção abrange não apenas a capacidade de decodificar letras e palavras, mas também de desenvolver habilidades motoras e cognitivas para usar instrumentos de escrita e diferentes modos de ler e escrever. No entanto, uma alfabetização focada exclusivamente na decodificação impede que indivíduos se tornem leitores e produtores de textos significativos, uma vez que ler e escrever são práticas sociais que vão além da simples compreensão mecânica das palavras (SOARES, 2020).

O letramento, por sua vez, segundo Soares (2020), envolve a capacidade de usar a escrita em práticas sociais diversas, que incluem ler e escrever para informar, comunicar-se, interagir com os outros, imergir no imaginário e expandir conhecimentos. Envolve habilidades como a interpretação e produção de diferentes tipos de textos e a adaptação das práticas de escrita aos contextos sociais

específicos. Sem o letramento, a alfabetização se torna insuficiente, pois não prepara os indivíduos para participar plenamente das atividades sociais, culturais e políticas de sua comunidade, especialmente em uma sociedade que depende cada vez mais da comunicação escrita para o funcionamento cotidiano.

No Brasil atual, o analfabetismo funcional é um reflexo das falhas no processo de alfabetização, principalmente no aspecto do letramento. As desigualdades sociais, econômicas e culturais são fatores determinantes do fracasso e da evasão escolar, que afetam principalmente as populações mais vulneráveis. O conceito de analfabetismo funcional evoluiu ao longo dos anos para descrever indivíduos que, embora saibam ler e escrever frases simples, não conseguem aplicar essas habilidades em situações práticas do dia a dia, o que compromete seu desenvolvimento pessoal e profissional (RIBEIRO, 1997). Essa definição é particularmente relevante em um contexto onde a comunicação escrita é essencial para o acesso a informações, a oportunidades de trabalho e à participação ativa na sociedade.

Com o avanço da tecnologia e a popularização das mensagens eletrônicas, como e-mails, mensagens de texto e interações em redes sociais, o analfabetismo funcional ganha uma nova dimensão. Apesar de o uso da escrita estar mais presente no cotidiano, muitos indivíduos, principalmente os mais vulneráveis, enfrentam dificuldades em compreender, interpretar e responder a essas formas de comunicação. A prevalência de aplicativos de mensagens, como WhatsApp, Telegram e outros meios digitais, tornou a escrita um elemento fundamental das relações pessoais e profissionais. No entanto, o analfabetismo funcional impede que uma parte significativa da população utilize essas ferramentas de maneira eficaz, limitando seu acesso a oportunidades e ampliando as barreiras sociais.

As definições de analfabetismo funcional variam conforme o contexto social e educacional de cada país, e a atuação da UNESCO nesse processo é predominantemente política, visando padronizar indicadores que muitas vezes não refletem as reais necessidades educacionais de cada região (RIBEIRO, 1997). Nesse sentido, é crucial que a alfabetização e o letramento transcendam a preparação para o mercado de trabalho, capacitando os indivíduos a participar ativamente nas esferas sociais, culturais e políticas da vida. Em um mundo onde a comunicação escrita é onipresente, desde o simples envio de uma mensagem eletrônica até a elaboração de documentos oficiais, é necessário que os projetos de alfabetização sejam reformulados para incluir habilidades de leitura e escrita digital.

O analfabetismo funcional em um cenário de crescente uso de mensagens escritas revela que a simples capacidade de ler e escrever não é suficiente. É preciso que a alfabetização contemple o uso crítico e reflexivo da escrita em ambientes digitais, onde a comunicação é muitas vezes rápida, concisa e carente de contexto. A falta de letramento adequado pode levar à exclusão digital e, por extensão, à

exclusão social, especialmente em uma sociedade que se comunica e opera cada vez mais por meio de textos. Para muitos brasileiros, a incapacidade de interpretar corretamente uma mensagem de texto, um e-mail de trabalho ou um aviso em redes sociais significa não apenas uma limitação pessoal, mas também uma barreira que afeta sua qualidade de vida e seu direito de participação cidadã.

Portanto, é urgente que políticas educacionais abordem não apenas a alfabetização básica, mas também o letramento funcional e digital, preparando os cidadãos para um mundo onde as letras realmente façam sentido. A educação precisa ser vista como uma ferramenta de transformação social e não apenas de adaptação ao mercado. Somente com uma educação que capacite para o uso crítico da escrita, tanto no papel quanto nas telas, será possível superar o analfabetismo funcional e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 REFLEXÕES SOBRE AS DESIGUALDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O analfabetismo é um reflexo das desigualdades no Brasil, evidenciando falhas nos processos de alfabetização e letramento e na garantia do direito à educação. Ao longo da história, diferentes governos criaram programas para combater o analfabetismo, um problema crônico no país (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014), e as desigualdades educacionais, vistas como uma vergonha nacional e um sinal de atraso (ARROYO, 2010). Segundo Arroyo (2010), as desigualdades são frutos de padrões de concentração de renda e terras, da destruição da agricultura familiar, do aumento das migrações, das moradias precárias e do trabalho informal, que criam condições de sobrevivência no limite. Dessa forma, as desigualdades sociais não são fenômenos naturais, mas são constantemente naturalizadas. Essa realidade deveria ser inaceitável, pois a pobreza, caracterizada pela falta de renda que inviabiliza condições mínimas de vida, não se deve à escassez de recursos; o Brasil é um país rico, mas com muitos empobrecidos (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). No entanto, a pobreza persiste.

Kerstenetzky (2002) define as desigualdades socioeconômicas como "desigualdades duráveis", pois são recorrentes entre grupos sociais, étnicos, de determinadas localidades e gêneros, onde a origem de um indivíduo é um forte preditor de suas chances de sucesso na sociedade e das oportunidades reais que ele encontrará. Arroyo (2010) acrescenta que essas desigualdades e injustiças, que inferiorizam coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, orientação sexual, rurais e periféricos, são produzidas e reproduzidas historicamente através de relações políticas racializadas e padrões de dominação e exclusão dos recursos produtivos, como o trabalho, a terra, a renda e o espaço.

As desigualdades são intensas e persistentes, adaptando-se a diferentes contextos e resistindo a mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas, atravessando governos autoritários e democráticos, diversas políticas econômicas e crises políticas e internacionais (BARROS;

HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Para superar a desigualdade, é necessário vê-la não apenas como causadora de problemas, mas como resultado de processos históricos e sociais (KERSTENETZKY, 2002). Da mesma forma, o combate ao analfabetismo não deve se limitar aos aspectos internos da educação, mas também considerar os fatores sociais e estruturais que perpetuam a exclusão.

Arroyo (2010) defende que as desigualdades educacionais são condicionadas por um conjunto de desigualdades históricas. Uma análise crítica da pedagogia contemporânea levou a compreensão de que as desigualdades educacionais vão além dos fatores internos das escolas, abrangendo também os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia e localização geográfica. Essas desigualdades estão enraizadas nas relações de poder e padrões de exclusão que permeiam a distribuição de trabalho, terra e renda.

Assim, o analfabetismo funcional e rudimentar não são apenas reflexos das desigualdades educacionais, mas também das desigualdades sociais, raciais, de gênero, econômicas e étárias que impactam os indivíduos. O analfabetismo não é apenas um problema da educação; é irreal esperar que as escolas sejam as únicas responsáveis por erradicá-lo, sem enfrentar as desigualdades sociais subjacentes.

Entretanto, é importante reconhecer o papel vital da educação na superação das desigualdades e do analfabetismo. A educação deve ir além de reproduzir ou desafiar a ideologia dominante; ela deve atuar como uma prática de mobilização e intervenção para transformar as condições de desigualdade (FREIRE, 2002). Freire enfatiza que a educação como intervenção pode provocar mudanças radicais na sociedade, abrangendo áreas como economia, relações humanas, direito ao trabalho, terra, saúde e educação, contrapondo-se às forças que tentam perpetuar uma ordem injusta.

No entanto, essa visão crítica da educação muitas vezes se perde. Como observam Delgado, Miranda-Ribeiro e Soares (2012), a desigualdade educacional no Brasil impacta diversos aspectos da vida social, perpetuando as desigualdades existentes. É fundamental enfrentar concepções que minimizam as profundas desigualdades do país, tratadas apenas como carências a serem supridas pelo Estado (ARROYO, 2010), e formular políticas eficazes que abordem essas desigualdades estruturais.

Por fim, conclui-se que as desigualdades são problemas históricos e sociais, continuamente reproduzidos e mantidos. O analfabetismo funcional e rudimentar, a precarização das condições de vida, a pobreza e o desemprego são consequências diretas dessas desigualdades. Essas interconexões entre desigualdade social e analfabetismo funcional serão exploradas mais a fundo no próximo tópico.

4 IMPLICAÇÕES ENTRE O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Ao explorar os conceitos de alfabetização, letramento, analfabetismo e desigualdades, é possível identificar uma conexão clara entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil. De forma geral, o analfabetismo funcional decorre de falhas no processo de alfabetização, principalmente no que tange ao letramento. Contudo, essa forma de analfabetismo também reflete as desigualdades sociais que dificultam a continuidade dos estudos. Segundo Costa e Mendes (2012, p. 237), “[...] as desigualdades sociais persistem ao longo do tempo, dificultando que os indivíduos das camadas inferiores completem a escolarização formal”. De forma semelhante, Guzzo e Euzebios Filho (2005) destacam que a evasão escolar está fortemente associada às más condições econômicas e sociais.

No entanto, o analfabetismo, assim como outras problemáticas, é frequentemente vinculado apenas às desigualdades educacionais, sendo estas consideradas responsáveis pela produção de todas as demais desigualdades, sejam sociais, econômicas ou territoriais. Conforme Arroyo (2010, p. 1398), “[...] as políticas de igualdade de acesso e permanência na escola básica, em padrões mínimos universais de qualidade, continuam sendo pensadas como soluções para todas as formas de injustiça e desigualdade”.

Nesse contexto, torna-se evidente que apenas a criação de projetos de alfabetização e políticas compensatórias de inclusão não bastam para resolver uma questão tão complexa, persistente e enraizada quanto as desigualdades e o analfabetismo. Considerando a ligação entre esses fatores, ampliar os anos de escolaridade e garantir o acesso à escola sem prover condições de vida dignas não é suficiente para superar o analfabetismo, pois o Estado muitas vezes ignora as repercussões das desigualdades em suas múltiplas dimensões, desconsiderando o verdadeiro impacto do analfabetismo.

A conexão entre desigualdades e analfabetismo é clara, e, portanto, é essencial observar o atual cenário educacional e social do Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada no segundo trimestre de 2019, o país contava com 11 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, representando 6,6% da população (IBGE, 2020). Embora a proporção de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio tenha aumentado, quase metade dos adultos ainda não concluiu essa etapa da educação básica, ou seja, 47% da população (OCDE, 2021). Além disso, estima-se que apenas 7 em cada 10 brasileiros entre 15 e 64 anos sejam considerados alfabetizados funcionais (OCDE, 2021).

O estudo do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) realizado pela Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro (2018) aponta que a evasão e o abandono escolar são fatores-chave na reprodução do analfabetismo funcional. Fica evidente que o analfabetismo funcional está intimamente

ligado aos desafios de permanência escolar, e que apenas universalizar e garantir o acesso à educação não é suficiente para enfrentar as demandas impostas aos grupos socialmente desfavorecidos.

O documento “Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças” (Todos pela Educação, 2021), com base em dados da PNAD, destaca que entre 2019 e 2021 houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos que não sabiam ler e escrever, passando de 1,4 milhão em 2019 para 2,4 milhões em 2021. Em termos relativos, a proporção dessas crianças subiu de 25,1% para 40,8% no mesmo período (Todos pela Educação, 2021, p. 2). Esses dados também evidenciam as desigualdades raciais, mostrando que, em 2021, 47,4% das crianças pretas e 44,5% das pardas de 6 e 7 anos não sabiam ler e escrever, em comparação com 35,1% das crianças brancas.

Analisando as taxas de analfabetismo por cor ou raça, observa-se uma disparidade significativa: em 2019, 3,6% das pessoas brancas com 15 anos ou mais eram analfabetas, enquanto esse percentual subia para 8,9% entre pretos e pardos. No grupo com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo era de 9,5% entre brancos e chegava a 27,1% entre pretos e pardos (IBGE, 2019, p. 2).

Além disso, as desigualdades entre ricos e pobres são evidentes, com o percentual de crianças pobres que não sabiam ler e escrever aumentando de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021, enquanto entre as crianças mais ricas o aumento foi de 11,4% para 16,6% (Todos pela Educação, 2021, p. 4). Esses números destacam como as desigualdades impactam diretamente a educação, reforçando que os índices de analfabetismo revelam a influência de fatores como raça, região, sexo e idade.

Abordar a relação entre pobreza e educação é crucial, pois a renda familiar afeta diretamente o acesso e a continuidade dos estudos. De acordo com a pesquisa “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes - 2ª Rodada” (UNESCO, 2021a), 55% dos brasileiros com 18 anos ou mais relataram uma queda na renda familiar desde o início da pandemia, afetando aproximadamente 86 milhões de pessoas (UNICEF, 2021a, p. 17-18). Esse impacto foi mais severo entre os grupos economicamente vulneráveis, afetando especialmente as famílias com crianças e adolescentes, o que influenciou negativamente o acesso ao ensino remoto e a qualidade da educação pública.

É importante que os dados educacionais, como os da organização “Todos pela Educação”, sejam usados para fundamentar políticas que atendam aos grupos desfavorecidos, sem se basear em ideologias que favorecem apenas o mercado. Arroyo (2010) destaca que os resultados das pesquisas devem ser direcionados para a formulação de políticas eficazes e não para reforçar a visão de que a educação é a única responsável pela erradicação das desigualdades.

Apesar de atender a maior parte dos alunos da educação básica, a rede pública é frequentemente culpabilizada por problemas como evasão, violência e criminalidade, sendo muitas vezes considerada incapaz de atender às necessidades sociais. No entanto, o abandono escolar é geralmente causado por

fatores que extrapolam o ambiente escolar, indicando que a escola pública não deve ser responsabilizada isoladamente.

Portanto, políticas públicas não devem ser formuladas apenas com base na visão de que o analfabetismo funcional e rudimentar são causados exclusivamente pelas desigualdades educacionais, mas também devem considerar os fatores sociais e econômicos mais amplos que afetam os grupos vulneráveis. As desigualdades educacionais não atuam isoladamente para provocar o abandono e a exclusão escolar, e não são as únicas responsáveis pela falta de acesso à educação, saúde e melhores condições de vida (SOUZA, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar as implicações entre o analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil, analisando como essas questões se inter-relacionam em um contexto cada vez mais dependente da comunicação escrita, especialmente por meio de mensagens eletrônicas. A introdução apresentou dados quantitativos sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na renda e na educação, com ênfase em crianças e adolescentes. O primeiro tópico abordou brevemente o histórico do analfabetismo funcional no Brasil, destacando-o como um problema crônico, e explorou os conceitos de alfabetização, analfabetismo e letramento. O segundo tópico discutiu as desigualdades no Brasil com base em teorias acadêmicas, enquanto o terceiro se debruçou sobre as relações entre as desigualdades sociais e o analfabetismo funcional, explorando as implicações dessas problemáticas persistentes e duradouras.

A análise dos dados, aliada às discussões realizadas, revelou um cenário de extrema desigualdade entre diferentes raças, classes sociais, regiões e faixas etárias. É evidente que as condições educacionais estão fortemente ligadas a esses fatores sociais. O analfabetismo funcional não é um problema restrito ao ambiente escolar; ele é também um reflexo das condições sociais, históricas, raciais e de gênero que afetam os grupos mais vulneráveis, resultando na interrupção do processo de alfabetização e escolarização. Com o crescente uso da comunicação escrita no cotidiano, especialmente por meio de mensagens eletrônicas, essas barreiras se tornam ainda mais evidentes, limitando o acesso à informação e a oportunidades de inclusão social.

O analfabeto funcional é aquele que, embora tenha iniciado o processo de escolarização, não foi plenamente alfabetizado e letrado, tendo seu direito à educação efetiva negado. Esse cenário revela não apenas uma falha no processo de alfabetização, mas também um fracasso do Estado e da sociedade em garantir uma educação que vá além da decodificação de palavras, capacitando o indivíduo para o uso crítico da escrita em contextos sociais e digitais. A educação não deve ser vista como um privilégio ou um simples serviço, pois sua ausência compromete a própria essência da democracia e a capacidade

dos cidadãos de participar plenamente da vida social e econômica. Em um mundo onde a comunicação se dá majoritariamente por escrito, a falta de letramento se torna uma barreira à inclusão social e à cidadania.

Sem enfrentar as desigualdades estruturais que afetam o acesso à educação, não é possível erradicar o analfabetismo funcional, o que explica a persistência de ambas as problemáticas. As desigualdades sociais, econômicas e culturais se manifestam diretamente na forma como os indivíduos interagem com a escrita, especialmente em contextos digitais. A crescente demanda por habilidades de leitura e escrita nas plataformas eletrônicas intensifica a exclusão daqueles que não possuem letramento funcional, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que promovam não apenas a alfabetização básica, mas também o letramento digital.

Dessa forma, é essencial aprofundar as discussões sobre as interações entre educação e desigualdade, sem restringi-las apenas ao analfabetismo, especialmente à luz dos impactos da pandemia, que ampliaram as desigualdades sociais e educacionais. O analfabetismo rudimentar e funcional continua sendo uma questão relevante e urgente na sociedade brasileira, pois a reprodução das desigualdades em suas diversas formas perpetua essas condições. Para avançar, é necessário um comprometimento com uma educação que capacite os indivíduos a usar a escrita de forma plena e crítica, tanto no papel quanto nas telas, garantindo uma participação efetiva e inclusiva em um mundo cada vez mais conectado e dependente da comunicação escrita.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. INAF Brasil 2018: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018. Acesso em: 01 set. 2024.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: Um diagnóstico para a inclusão social pela educação [Avaliação de Leitura e Escrita]. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2005. Acesso em: 01 set. 2024.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade* [online], v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. DOI 10.1590/S0101-73302010000400017. Acesso em: 01 set. 2024.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 15, n. 4, p. 123-142, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>. DOI 10.1590/S0102-69092000000100009. Acesso em: 01 set. 2024.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, p. 24-46, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico. Brasília - DF, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília - DF, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Orgs.) *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petropolis: RJ, Vozes, 2010, p. 295-316.

DELGADO, V. M. S.; MIRANDA-RIBEIRO, A.; SOARES, J. F. Desigualdade escolar e desempenho. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) *Desigualdades Educacionais e Pobreza*. Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 163-208. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desiguadades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

DINIZ, G.; MACHADO, D. de Q.; MOURA, H. J. de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 48, n. 3, p. 641-666, 2014. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121514>. Acesso em: 01 set. 2024.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 29, n. 2, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 01 set. 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos educacionais*, Ibité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2024.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019: Educação 2019*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

KERSTENETZKY, C. L. Por que se importar com a desigualdade. *Dados* [online], v. 45, n. 4, p. 649-675, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400004>. Acesso em: 01 set. 2024.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. *Plataforma de Dados Educacionais: indicador de número de matrículas. LDE*, 2020. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>. Acesso em: 01 set. 2024.

LIMA, T. C. S. De; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, [s.l.], v. 10, n. Especial, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

MENDONÇA, P. B. de O. A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. *Interfaces Científicas* [s.l.], v. 5, n. 3, p. 87-96, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4020>. Acesso em: 01 set. 2024.

COSTA, B. L. D.; MENDES, I. A. A. Família e desempenho escolar em Minas Gerais: recursos familiares e defasagem escolar. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.; BRONZO, C. (Orgs.) *Desigualdades Educacionais e Pobreza*. Belo Horizonte: MG, Editora PUC Minas, 2012, p. 49-66. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Murilo-Fahel/publication/275716297_Desiguadades_Educacionais_Pobreza/links/5575a3c108aeacff1ffcffbd/Desiguadades-Educacionais-Pobreza.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

OCDE. *A Educação no Brasil: Uma perspectiva internacional*, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo Funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Educação & Sociedade* [online], v. 18, n. 6, p. 144-158, 1997. DOI: 10.1590/S0101-73301997000300009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300009>. Acesso em: 01 set. 2024.

SOARES, M. Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, R. B. O analfabetismo funcional e as desigualdades sociais no Brasil. 2023. 145 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). Nota técnica: Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes: Relatório de Análise, 1ª Onda. Brasil, 21 out. 2020. Job: 200372. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes: Relatório de Análise, 2ª Rodada. Brasil, 21 jan. 2021a. Job: 200372_02. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

UNICEF, Brasil, IBOPE, Inteligência. Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes: Relatório de Análise, 3ª Rodada. Brasil, 19 jul. 2021b. Job: 21010. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/15136/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_terceira-rodada.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.